

**ASSEMBLEIA MUNICIPAL  
DE SINTRA**  
Entrada nº: 185  
Data: 28 / 04 / 2016



**Exmo. Senhor**

**Presidente da Assembleia Municipal de Sintra,**

**Dr. Domingos Quintas**

Sua referência

Sua Comunicação

Nossa referência

Data

SORM

2016.04.26

ASSUNTO: Proposta n.º 368-P/2016

«Reconhecer e declarar como relevante Interesse Público Municipal a Regularização das instalações de Granisintra – Mármore e Granitos Lda.».

Nos termos e para os efeitos do disposto na alínea a) do n.º 4 do artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 165/2014 de 5 de novembro, solicito a V. Ex.ª que submeta a apreciação e votação da Assembleia Municipal a proposta acima identificada, aprovada na reunião da Câmara realizada em 26 de abril de 2016.

**Com os melhores cumprimentos,**

**O PRESIDENTE DA CÂMARA**

  
**Basílio Horta**



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE

Câmara Municipal de Sintra

CÂMARA MUNICIPAL DE SINTRA

**DELIBERAÇÃO DA CÂMARA MUNICIPAL**

*(texto aprovado em minuta)*

**E.O.3**

Nos termos do Art. 57º, nº.3 e 4 do RJAL aprovado pela Lei nº.75/2013 de 12 de setembro; artigo 34º, nºs 4 e 6 do Código do Procedimento Administrativo aprovado pelo Decreto-Lei nº 4/2015 de 7 de janeiro; e da deliberação da Câmara, tomada na Reunião Extraordinária de 25 de outubro de 2013 que aprovou por unanimidade a Proposta nº 3-P/2013, a Câmara aprovou em minuta o texto da deliberação tomada na **Reunião ordinária de 26.04.2016.**

**Proposta nº 368-P/2016, subscrita pelo Sr. Presidente da Câmara, que se anexa:**

Nos termos do Art. 50º, nº 2 da Lei nº 75/2013 de 12 de Setembro; Artº 26 nº 2 do Cód. Proc. Adm.; Artº 8º nº 2 do Regimento, o Presidente submeteu a votação a admissibilidade da proposta.

**VOTAÇÃO:** *Aceita por unanimidade*

Foi submetida a votação a proposta acima referenciada.

**VOTAÇÃO:** *Aprovada por unanimidade*

Sala das Reuniões da Câmara Municipal de Sintra, em 26 de abril de 2016.

O Presidente



Basílio Horta

A Coordenadora do GAOM



Helena Saraiva



PATRIMÓNIO MUNDIAL WORLD HERITAGE





**PROPOSTA N.º 328-P / 2016**

Considerando que o Decreto- Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, estabeleceu com carácter extraordinário, o Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras, existentes à data da sua entrada em vigor que não disponham de título válido de instalação ou de título de exploração ou de exercício de atividade, incluindo as situações de desconformidade com os instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo;

Considerando que a impossibilidade de regularização ou o licenciamento das alterações pretendidas pode inviabilizar a concretização de projetos de investimento e de criação/manutenção de emprego no concelho;

Considerando ainda que os pedidos de regularização das atividades económicas são apresentados às entidades coordenadoras ou licenciadoras e que quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública, devem ser instruídos com deliberação fundamentada de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização do estabelecimento ou instalação emitida pela Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara;

Considerando que a requerente Granisintra – Mármore e Granitos, Lda, solicitou a esta Câmara o pedido de Reconhecimento de Interesse Público Municipal na regularização das suas instalações situadas na Granja dos Serrões, União de Freguesias de Almargem do Bispo,

Reunião de

26 ABR. 2016

Docto Agendado com o  
Nº E.O. 3



PATRIMOINE MONDIAL  
WORLD HERITAGE  
PATRIMONIO MUNDIAL



Montelavar e Pero Pinheiro, instruindo o respetivo processo de acordo com o quadro normativo acima referido;

Considerando ainda que realizada a Conferência de Serviços, ao abrigo do Despacho nº 9 – P/2015, de 21 de janeiro, os serviços municipais representados, GAEM e GPDM pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável à pretensão do requerente;

Ponderados os interesses económicos, sociais e ambientais em presença, é de todo o interesse do Município manter a empresa no concelho, sendo inviável economicamente a sua deslocalização para outro local.

**Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:**

**Submeter à apreciação da Assembleia Municipal o reconhecimento do Interesse Público Municipal na Regularização das instalações da requerente Granisintra – Mármore e Granitos Lda, nos termos do disposto no art. 5º nº 4 alín. a) do Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro.**

Paços do Concelho de Sintra, 21 de 04 de 2016

O Presidente da Câmara Municipal de Sintra

22  
Basilio Horta



Reunião de

26 ABR. 2016

Docº Agendado com o

Nº E.O.3

**Assunto: Reconhecimento de Interesse Público Municipal na Regularização de Estabelecimento ou Indústria, Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro – Granisintra – Mármore e Granitos Lda.**

Parecer:

Concedido.  
A Consideração do Ilmo.  
Sr. Presidente, peço  
a remessa aos orgs  
competentes para deliberação.  
21/4/2016

Despacho:

P. M. L.  
21/04/16  
4.

**De: Isabel Pinto dos Santos**

**Para: Exm<sup>a</sup>. Sr<sup>a</sup> Directora da DM-APG- Arq. Ana Queiroz do Vale**

Granisintra - Mármore e Granitos, Lda, solicitou à CMS o pedido de reconhecimento do interesse público municipal na regularização das suas instalações, situadas na Granja dos Serrões, Maceira, União de Freguesias de Almargem do Bispo, Montelavar e Pero Pinheiro, destinadas à atividade de transformação e comercialização de mármore, granito e outras rochas similares, CAE 23703-R3.

#### **Do Enquadramento Legal da Pretensão**

O Decreto – Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, criou um Regime Jurídico que estabelece com carácter extraordinário, o **Regime de Regularização e de Alteração e ou Ampliação de Estabelecimentos e Explorações de Atividades Industriais, Pecuárias, de Operações de Gestão de Resíduos e de Explorações de Pedreiras**, incompatíveis com instrumentos de gestão territorial e ou condicionantes ao uso do solo.

Reunião de

26 ABR. 2016

Doc<sup>o</sup> Agendado com o  
Nº E. O. 3

O citado diploma legal, visa criar um mecanismo que permita avaliar a possibilidade de regularização de um conjunto significativo de unidades produtivas que não dispõem de título de exploração ou de exercício válido face às condições atuais da actividade, designadamente por motivo de desconformidade com os planos de ordenamento do território vigentes ou com servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Este regime é aplicável também aos estabelecimentos e explorações **sem título válido de instalação** ou exploração ou exercício de actividade, incluindo as desconformes com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública, ou, estabelecimentos e explorações com título válido **cujas alterações ou ampliações** não sejam compatíveis com os IGT vinculativos dos particulares ou servidões administrativas e restrições de utilidade pública.

Para aplicação do presente regime os estabelecimentos ou explorações devem comprovar que desenvolveram actividade por um período mínimo de 2 anos e que se encontram numa das seguintes situações:

- Em actividade ou cuja actividade tenha sido suspensa há menos de 1 ano;
- Quando a laboração se encontre suspensa por autorização da entidade licenciadora por um período máximo de 3 anos.

**O processo de regularização dos estabelecimentos, independentemente do regime sectorial aplicável, deve iniciar-se sempre com a obtenção de Deliberação fundamentada de reconhecimento de interesse público municipal, emitida pela Assembleia sob proposta da Câmara (art.5º do D.L.165/14).**

Este é um dos elementos instrutórios do pedido de regularização, sendo requerido pelos interessados à Câmara, previamente à apresentação do pedido de regularização na entidade coordenadora, quando esteja em causa desconformidade da localização com os instrumentos de gestão territorial, servidão administrativa ou restrição de utilidade pública.

O pedido para obtenção da deliberação de reconhecimento de interesse público deve ser fundamentado com os elementos referidos no art. 5º, n.º 4, alíneas b) a g) e n.º 5 alíneas a) a c), g) a i) e n) sem prejuízo de outros elementos que o requerente considere relevantes para a fundamentação do pedido.

## **II) Do Pedido**

O requerente deu entrada de pedido para Declaração de Interesse Municipal, com vista à legalização das suas instalações de transformação e comercialização de mármore, granitos e outras rochas similares, tendo em vista os condicionamentos decorrentes da classificação do solo no PDM e das Servidões e Restrições de Utilidade Pública, conforme explicitado na informação técnica da DGLI nº S.M.12510/2015.

Realizada conferência de serviços, ao abrigo do Despacho nº 9-P/2015 de 21 de janeiro, os serviços pronunciaram-se no sentido de ser emitido parecer favorável.

O requerente instruiu ainda o seu pedido, com os elementos previstos no art. 5º nº 4 do diploma e Manual de Procedimentos para a Regularização elaborado pela DM-APG, e ainda os previstos no nº 5 do citado artigo, **para ponderação dos interesses económicos, sociais e ambientais em presença.**

O requerente possui atualmente 14 colaboradores. A faturação da empresa no ano de 2012 foi de 623 113,58€ e no ano de 2013 de 813 463,62€.

A empresa encontra-se implantada numa área geográfica diretamente ligada à atividade, com facilidade de acesso às matérias primas.

Alegou ainda ser inviável economicamente a deslocalização da empresa, uma vez que a atividade é desenvolvida com recurso a maquinaria e infra-estruturas de grandes dimensões cuja deslocalização teria custos demasiado elevados e levaria à perda das máquinas instaladas.

### **Conclusão / Proposta**

Encontrando-se o processo corretamente instruído, de acordo com o Decreto-Lei nº 165/2014, de 5 de novembro, tendo obtido parecer favorável do **Gabinete de Apoio Empresarial** e do **Gabinete do Plano Diretor Municipal** e de acordo com a **informação técnica da DGLI** nº S.M.12510/2015, propõe-se a remessa do presente processo à consideração do Exmº Sr. Presidente da Câmara para que em caso de concordância:


O presente processo seja remetido a reunião de câmara para deliberar submeter à aprovação da Assembleia Municipal, o reconhecimento do interesse público municipal na legalização das instalações da requerente, **Granisintra - Mármore e Granitos, Lda**, tendo por base os fundamentos de facto e de direito constantes do processo, nos termos do disposto no art.5º nº 4 alín. a) do Decreto-Lei nº165/2014, de 5 de novembro.

Reunião de

26 ABR. 2016

Docto Agendado com nº  
E.O. 3

À consideração Superior,

A Jurista  
  
(Isabel Pinto dos Santos)





**SINTRA**  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL

**Proposta nº 368-P/2016** – Documentação de suporte à Proposta de Reconhecimento de Interesse Público Municipal de Granisintra – Mármore e Granitos, Lda.

<https://cloud.cm-sintra.pt/index.php/s/kwj63ftLAfszRqH>